

A influência do arquiteto e urbanista na construção do espaço urbano enquanto identidade regional em contraposição ao processo de homogeneização cultural¹

The influence of architects and urban planners in the construction of urban space as a regional identity in contrast to the process of cultural homogenization

Maria do Carmo de Albuquerque Braga²
mariabraga77@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a influência do profissional arquiteto e Urbanista, na construção do espaço urbano, a partir da revisitação do Manifesto Regionalista de 1926, de autoria de Gilberto Freyre, considerando os conceitos de Unidade e Diversidade como fundamentais para a preservação da identidade regional, em contraposição aos desafios lançados pelos avanços tecnológicos que induzem a queda de fronteiras, transformando lugares em não-lugares ou, em outras palavras, em espaços globais. Para tanto, considera-se como partida o movimento modernista de 1922, tratado por Ruben George Oliven, como o divisor de águas no processo de construção da identidade nacional, em seu artigo “*O nacional e o regional na construção da identidade brasileira*”, publicado em 1986, quando o autor aponta uma constante atualização na afirmação de identidades regionais no Brasil como reação à homogeneização cultural e como forma de salientar diferenças culturais.

Palavras-chave: Espaço Urbano, Unidade, Diversidade, Globalização.

Abstract

This study aims to examine the influence of a professional architect and city planner in the construction of urban areas based on a present revisit of the “Manifesto Regionalista of 1926”, written by Gilberto Freyre, considering the concepts of unity and diversity as fundamental to the preservation of regional identity in contrast to the challenges posed by technological advances that induce the collapse of boundaries and the change of places into non-places or in other words global spaces. To do so the Modernist Movement of 1922 was taken as a starting point which was regarded by Ruben George Oliven as “a watershed in the construction process of a national identity” in his article Regional and National Aspects in the Making of the Brazilian Identity, published in 1986, in which he points to a constant update on the assertion of regional identities in Brazil as a reaction to cultural homogenization and as a way to emphasize cultural differences.

Keywords: Urban Space, Unity, Diversity, Globalization

¹ O título deste artigo foi fruto de uma palestra proferida pela autora, no auditório da Faculdade Damas – Recife, como parte das discussões em Seminário Interdisciplinar, ocorrido em maio de 2011.

² A autora deste texto é arquiteta e urbanista, professora doutora da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Introdução

Ao identificar as formas de influência do arquiteto e urbanista na formação, transformação e adequação do espaço urbano em contraposição aos processos de homogeneização, verificou-se a necessidade de buscar bases teóricas para o entendimento desse conceito, seus agentes produtores, consumidores e reguladores, assim como suas formas de abordagem e intervenção. Para tanto, partiu-se da premissa de que falar sobre espaço urbano inevitavelmente é também tratar de suas interfaces com as diversas áreas profissionais com as quais este se relaciona.

Com esse entendimento, além de que urbanista é todo aquele que lida com as questões relativas a esse espaço, verificou-se que a influência do arquiteto e urbanista é bem direta, por lidar com a criação, o planejamento e a construção desses espaços, abrangendo com isso o âmbito socioespacial de forma geral.

Por definição, o profissional arquiteto e urbanista é aquele capaz de “realizar intervenção no meio ambiente para satisfazer uma determinada expectativa, de forma a criar novos espaços, e com a intenção de se trabalhar com elementos estéticos” (LINDOMAR, 2008, s/n), seja em edificações isoladas ou em espaços mais amplos como cidades.

Várias são as formas adotadas pelo profissional em questão de apreensão e intervenção no espaço, e essas formas foram sendo aprimoradas ao longo do tempo, especialmente a partir de movimentos artísticos, sociais e culturais ocorridos nas sociedades ocidentais, a exemplo do Movimento Modernista, ocorrido no Brasil, em 1922, após se instalar no continente europeu, em final da primeira década do século XX.

No Brasil, em sua primeira fase, o Movimento Modernista se desenvolveu de forma bastante agressiva, tendo como bandeira esquecer todo um passado, associando-o ao atraso, enquanto que tudo que seria idealizado, construído a partir de então, remeteria ao progresso, ao desenvolvimento.

Na investigação acerca desse movimento, identificou-se outro movimento contrário, que se evidenciava como Movimento Regionalista, encabeçado pelo sociólogo Gilberto Freyre, conclamando à valorização das tradições, da cultura, da história, da arquitetura, e particularmente da culinária, que nas palavras de do autor (1926, s/n) “... uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se.”

Assim, com o objetivo de abordar o desafio da ciência ante a queda de fronteiras, verificou-se a necessidade de analisar o Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre, lido em 1926, no I Congresso de Regionalismo, realizado na cidade do Recife, alertando para os males que invadia e arruinava a cultura, a tradição de uma região, em consequência do movimento modernista de 1922, e seus efeitos, considerando ainda as colocações de Oliven (1986), sociólogo que se debruçou sobre o documento produzido por Freyre (1926) trazendo contribuições importantes para o debate sobre a identidade nacional.

Dessa forma, com o intuito de ressaltar a importância de conservar a identidade de uma dada sociedade, evidenciando a importância, a contemporaneidade do Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre (1922), o presente trabalho se divide em três partes. A primeira trata de uma breve fundamentação teórica enfocando conceitos que se relacionam com o tema em questão, a segunda ressalta os pontos principais do trabalho de Gilberto Freyre, em que se evidencia a luta pelas tradições regionais em contraposição ao movimento de homogeneização cultural da

sociedade brasileira, e, em especial, da nordestina, em seus diversos aspectos. Na terceira e última parte, oferece-se um resgate histórico acerca da construção de novas formas de apreensão do espaço pelo profissional arquiteto e urbanista, em função de movimentos sociais contrários ao processo de homogeneização promovido pelo modernismo no Brasil e, em particular, no nordeste brasileiro, tendo como ponto principal a cidade do Recife.

1. Breves considerações teóricas

Refletir as influências do arquiteto e urbanista na relação sociedade x espaço subte-se transformações no espaço urbano e dessa maneira torna-se importante resgatar definição, tipologia e agentes relativos a esse conceito. A teoria aponta várias definições, mas para o objetivo desse trabalho, entendeu-se como adequado o conceito produzido por Corrêa (1989, p. 7), quando coloca que:

Espaço urbano é um complexo conjunto de usos da terra, definido pelos diversos atores sociais. Trata-se da organização espacial de uma cidade, e que aparece como um espaço fragmentado, porém simultaneamente articulado entre si. É o reflexo da sociedade, porém é também seu condicionante. É também simbólico, visto ser um campo de lutas entre as diferentes classes sociais.

Nesse sentido, o autor continua sua análise afirmando que é fragmentado por se constituir em um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. É articulado pois cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. É reflexo social por refletir a complexa estrutura social em classes tanto de ações que se realizam no presente, como no passado, deixando suas marcas impressas nas formas espaciais que produzem. Contudo, é também condicionante social visto que condicionam o desempenho da reprodução das condições de produção e das relações de produção, por meio das obras fixadas pelos homens e das formas espaciais produzidas ao longo dos anos.

Além disso, continua o autor, é também simbólico por se constituir em lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem, definem crenças, valores e mitos projetados nas formas espaciais como monumentos, lugares sagrados e ruas especiais e, por fim, é campo de lutas por ser cenário e objeto de lutas e conflitos sociais como greves operárias, movimentos sociais urbanos em busca do direito à cidade, cidadania plena e igualdade para todos.

Se o espaço urbano representa tudo isso, ou seja, é capitalista, fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, simbólico e campo de lutas, então significa dizer que é um produto social, resultado de ações acumuladas ao longo do tempo, e engessadas pelos agentes que produzem e consomem o espaço.

Para Santos (1998), o espaço urbano é formado por um sistema indissociável de objetos e ações. Os objetos conformam o que o autor chama de fixos enquanto que as ações, os fluxos. Os objetos são representados pelas estruturas concretas, os imóveis, e as ações pelas decisões desses agentes. Dessa forma, o sistema de objetos e de ações conforma o que se entende por espaço urbano, que em última análise, é a expressão da sociedade que o constrói. Resta, portanto, conhecer os agentes que produzem e consomem o espaço.

Para Corrêa (1989), os agentes podem ser classificados em proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e os grupos sociais excluídos. Os proprietários dos meios de produção são os grandes proprietários industriais, de grandes empresas que necessitam de terrenos amplos e baratos, próximos aos portos, as vias

férreas ou locais de ampla acessibilidade da população. São eles que comandam a vida econômica e pressionam o Estado para realizar desapropriações fundiárias. Os proprietários fundiários são aqueles que buscam a obtenção de maior renda fundiária de suas propriedades com o uso mais rentável possível e por isso estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu uso.

Os promotores imobiliários são os incorporadores, ou seja, são aqueles que realizam a gestão do capital-dinheiro na fase de transformação da propriedade em mercadoria, em imóvel, definindo o tamanho e a qualidade do edifício a ser construído no terreno. São também os técnicos e profissionais que avaliam a viabilidade técnica da obra, dentro dos parâmetros definidos pelo incorporador e pelas legislações vigentes. São ainda os financiadores que obtêm os recursos monetários visando a compra de terreno ou construção do imóvel. São construtores ou firmas especializadas nas mais diversas etapas do processo produtivo. São corretores, planejadores de venda, profissionais de propaganda que comercializam imóveis, acrescidos de lucros.

O Estado, por sua vez, é administrado pelos operadores das terras públicas, implantam infraestrutura e serviços públicos de interesse tanto de empresas como da população em geral. Também elabora leis e normas vinculadas ao uso do solo: zoneamento, código de obras, etc. Além disso, é ainda proprietário fundiário que influencia na dinâmica espacial da cidade, por meio da implantação de infraestrutura e de novos usos que geram transtornos locais.

Por fim, os grupos sociais excluídos são aqueles que, por não ter condições econômicas e financeiras suficientes para se manter, produzem favelas, em terrenos públicos ou privados invadidos, como forma de resistência e estratégia de sobrevivência. Nesse contexto, a apropriação de terrenos normalmente ocorre nas áreas consideradas inadequadas pelos outros agentes, ou seja, são as encostas íngremes e as áreas alagadas, gerando transtornos de diversas ordens para a gestão pública que termina por realizar uma progressiva urbanização dessas favelas. Esse processo desencadeia uma valorização do solo que acaba por expulsar alguns de seus moradores e atrair outros, com maior poder aquisitivo.

A partir desse entendimento, subentende-se a participação do profissional arquiteto e urbanista na construção do espaço urbano como um de seus agentes. Enquanto produtor, sua responsabilidade é evidente por meio de sua atuação profissional que auxilia os proprietários fundiários e os promotores imobiliários na seleção do uso mais rentável possível para a propriedade, definindo o tamanho e a qualidade do edifício a ser construído no terreno. São, em parte, os responsáveis pela viabilidade técnica da obra, dentro dos parâmetros definidos pelo incorporador e especialmente pelas legislações vigentes, uma vez que faz parte do seu cotidiano profissional. São também responsáveis pela conformação dos espaços que moldam as cidades, tais como áreas de expansão, novos acessos, etc.

A maneira pela qual o profissional arquiteto e urbanista conduz seu trabalho e apresenta seu produto final é a pedra que fundamenta o processo de conservação da cultura, das tradições de uma dada sociedade, em cada época de sua existência.

Em planejamento urbano, entende-se que as mudanças socioeconômicas ocorrem com maior dinâmica que as mudanças físico-espaciais. Em razão disso, se subentende a necessidade de se trabalhar de forma integrada a arquitetura (edifício isolado) e o urbanismo enquanto conjunto arquitetônico que conforma o espaço urbano.

Nesse sentido, é unanimidade na geografia que território é espaço trabalhado pela sociedade e, como tal, é seu reflexo. Assim sendo, a formação social enquanto pensar e agir das pessoas de uma dada sociedade, refletida no espaço urbano, conforma, portanto o que se entende por cultura, traduzida como um processo contínuo de constituição. Tal processo é promovido pela absorção de costumes, tradições ou inovações de outras culturas e, dependendo de sua forma de absorção, pode caracterizar-se como aspecto positivo ou negativo. Positivo quando a absorção se dá sob a condição de adequação às especificidades culturais locais, enquanto que o negativo se dá pela absorção integral, sem alterações em sua forma original e assim refletindo uma mudança completa nos hábitos, na identidade da sociedade que o absorveu, destruindo suas tradições e costumes construídos ao longo dos anos.

Nesse contexto, ressaltam-se alguns conceitos trabalhados por Santos (1998) entre outros, como regionalismo, globalização, homogeneização, lugares e não-lugares. Para este trabalho, regionalismo seria a fidelidade aos costumes e, portanto, aos interesses de uma determinada região, diferentemente de globalização, homogeneização, generalização que se traduzem em quebra de barreiras, de costumes, de tradições, transformando lugares em não-lugares. Lugares seriam os espaços construídos e portanto reconhecidos pela sociedade que os transforma constantemente e nele se reconhece enquanto identidade. Contrariamente, não-lugares representam a quebra dessas tradições, desses costumes revelados nesses espaços e em consequência disso, o não reconhecimento pela sociedade, gerando a perda de identidade em relação a ele.

O processo de aculturação se expressa como desafio constante para as sociedades em geral e dessa forma, conceitos como transformação enquanto adaptação e transfiguração enquanto absorção integral podem ser entendidos como objetivos de trabalho do arquiteto e urbanista, traduzidos na busca incessante de mudanças ou de permanências no território, reflexo da sociedade que o constituiu.

Foi reconhecendo a importância de se trabalhar na conservação dos costumes e tradições da sociedade brasileira, a partir das expressões regionais como a nordestina por excelência, que Gilberto Freyre (1926) lançou o Manifesto Regionalista, alertando e ao mesmo tempo convocando profissionais em geral, pessoas simples do campo ou da cidade para lutar contra a quebra das tradições, dos costumes regionais que tão bem identifica a sociedade brasileira.

2. A originalidade, a abrangência e convocação da permanência das tradições regionais expressas por Gilberto Freyre

Oliven (1986, p.1), ao analisar o Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre, comenta que em função das transformações sociais em curso na Velha República, acentuava-se a tendência de pensar a organização da sociedade e do Estado no Brasil, discutindo-se oportunamente a questão da nacionalidade e da região. Nesse momento, as opiniões dos intelectuais oscilavam, ora a cultura brasileira era desvalorizada pelas elites, ressaltando a europeia e mais recentemente a norte-americana como modelo, ora exaltando os símbolos nacionais, e nesse contexto, o Gilberto Freyre representava a valorização do sentido regional, resgatando as raízes mais tradicionais de costumes e de cultura do povo.

O autor (1986) elegeu o Movimento Modernista de 1922 como o divisor de águas nesse contexto, visto representar em sua complexidade e diferenciação ideológica, não apenas a reatualização do Brasil em relação a movimentos culturais e artísticos do exterior, mas também a busca da identidade em novas raízes nacionais, valorizando o que é autêntico no Brasil.

Embora ressaltasse a importância do Manifesto Regionalista, Oliven (1986, p.2) entendia o mesmo como tendo o objetivo de influir na organização política do Brasil, destacando que o documento se contrapunha às consequências maléficas de modelos estrangeiros que são impostos sem a consideração de suas peculiaridades e sua diversidade física e social. Dito de outra forma, o objetivo era o de “propiciar que as diferenças regionais convivessem no seio da unidade nacional em um país de dimensões continentais como o Brasil.”

(...) arquitetos, urbanistas e homens de letras do Rio (...) para darem (...) suas contribuições de homens do próprio Nordeste ou aqui radicados: homens públicos ou de ciência, preocupados com problemas urbanos e rurais da região como Amaury de Medeiros, Gouveia de Barros e Ulysses Pernambucano; homens de letras empenhados na defesa dos nossos valores históricos como Carlos Lyra Filho, Luiz Cedro, Samuel Campelo, Aníbal Fernandes, Joaquim Cardoso, Mário Melo, Mario Sette, Manuel Caetano de Albuquerque e seu filho José Maria – tão pichoso na arte da fotografia quanto na da tipografia; homens de saber interessados em dar sentido regional ao ensino, à organização universitária e à cultura intelectual entre nós, como Odilon Nestor e Moraes Coutinho, Alfredo Freyre e Antônio Inácio; velhos lavradores ou homens de campo voltados inteligentemente para os problemas de defesa e valorização da paisagem ou da vida nos seus aspectos rurais ou folclóricos, com Júlio Bello, Sammuel Hardman, Gaspar Peres, Pedro Paranhos e Leite Oiticica. Homens, todos esses, com o sentido de regionalidade acima do de pernambucanidade – tão intenso e absorvente num Mário Sette – do de paraibanidade – tão vivo em José Américo de Almeida – ou do de alagoanidade – tão intenso em Otávio Brandão – de cada um; e esse sentido por assim dizer eterno em sua forma – o modo regional e não apenas provincial de ser alguém de sua terra – manifestado numa realidade ou expresso numa substância talvez mais lírica que geográfica e certamente mais social do que política.

Gilberto Freyre (1926), ao tornar público seu Manifesto Regionalista, esclarece que

(...) seu fim não é desenvolver a mística de que, no Brasil, só o Nordeste tenha valor, só os sequilhos feitos por mãos pernambucanas ou paraibanas de sinhás sejam gostosos, só as rendas e redes feitas por cearense ou alagoano tenham graça, só os problemas da região da cana ou da área das secas ou da do algodão apresentem importância. Os animadores desta nova espécie de regionalismo desejam ver se desenvolvem no País outros regionalismos que se juntem ao do Nordeste, dando ao movimento o sentido organicamente brasileiro e, até, americano, quando não mais amplo, que ele deve ter.

Assim sendo, o autor deixa claro que não se trata de discurso político de esquerda ou de direita, revelando que “a maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundí-lo com separatismo ou com bairrismo. Com anti-internacionalismo, antiuniversalismo ou antinacionalismo” (FREYRE, 1926, s/n), ressaltando seus aspectos apolíticos e acadêmico, como o autor assim se refere.

O autor (1926, s/n) também chama a atenção para o fato que o Brasil sempre foi vítima “... desde que é nação, das estrangeirices que lhe têm sido impostas, sem nenhum respeito pelas peculiaridades e desigualdades da sua configuração física e social...”. Assim, ele recomenda que o país deve ser governado e estudado de forma regional, “... sem nenhum sacrifício do sentido da unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem.”

A partir de então, Freyre (1926) passa a ressaltar os mais diversos aspectos da realidade do país que comprovam suas preocupações e embasam os objetivos do movimento regionalista.

Para ressaltar os aspectos da realidade que confirmam as preocupações do movimento regionalista, o autor elege o Nordeste como a região mais representativa das tradições culturais do país e que a partir dela é que as outras regiões deveriam se espelhar e procurar aderir às preocupações em resgatar suas origens. Para tanto, ao se referir à Arquitetura, enfatiza a forma com que os estrangeiros se surpreendiam com exemplos como o mocambo, a casa do caboclo, a casa de palha dos pescadores das praias, que “com toda sua primitividade, ... é um valor regional e por extensão, um valor brasileiro, e, mais do que isso, um valor dos trópicos”.

Nesse sentido, o autor (1926, s/n) ressalta a surpresa dos estrangeiros em relação a esse exemplo de arquitetura, ao comentar sobre os materiais empregados face às condições climáticas da região, enaltecendo seus valores pelo que representa em termos de economia, harmonização estética, entre outros. Em contraposição ao bom exemplo citado, o autor aponta “...os lamentáveis arremedos da civilização de Geddes...”, referindo-se às duas edificações nos fins do século XIX, em Recife: a igreja da Penha e o palácio da Estrada de Ferro Central. Cita ainda como expressões adequadas ao regional à Arquitetura tradicionalmente portuguesa do Recife: “honesta Arquitetura cheia de boas reminiscências orientais e africanas, inclusive a da cor, a dos verdes, azuis, roxos, amarelos e vermelhos vivos dos sobrados altos, das casas de sítio, das próprias igrejas.” E nesse sentido, reprova inclusive a proibição do uso do azulejo como mais um mal que se levantava contra as tradições bem adaptadas a cultura regional.

Ao se defender das acusações acerca da exaltação do mocambo enquanto bom exemplo da arquitetura em contraposição aos ideais higienistas da época, Freyre (1926) salienta que o mal dos mocambos não está exatamente neles e sim na situação em que estes se encontram, ou seja, em áreas insalubres, desprovidas de infraestrutura.

Quanto aos valores da arquitetura regional, Freyre (1926, s/n) reforça a manutenção da “sabedoria das casas com rótulas ou janelas em xadrez, que ainda se surpreende em ruas velhas (...)”, indicando sua adequação ao clima da região.

Em termos de urbanismo, Freyre (1926, s/n) chama a atenção para os valores das ruas estreitas que conformam nossas cidades, sendo elas “...superiores não só em pitoresco como em higiene às largas. As ruas largas são necessárias – ninguém diz que não, desde que exigidas pelo tráfego moderno; mas não devem excluir as estreitas.”

Os valores das ruas estreitas assim como dos arcos que com elas se harmonizavam também são ressaltados pelos estrangeiros que aqui vieram, segundo Freyre (1926, s/n). Quanto a esse aspecto o autor conclui ser importante que

reconheçamos a necessidade das ruas largas de uma cidade moderna, seja qual for sua situação geográfica ou o sol que a ilumine; mas não nos esqueçamos de que a uma cidade do trópico, por mais comercial ou industrial que se torne, convém certo número de ruas acolhedoramente estreitas nas quais se conserve a sabedoria dos árabes, antigos donos dos trópicos: a sabedoria de ruas (...) que defendem os homens dos excessos de luz, de sol de calor ou que os protegem com a doçura das suas sombras. A sabedoria das ruas com arcadas (...).

Continuando com suas observações, o autor esclarece que não foram apenas os bons costumes trazidos do exterior que foram adaptados pela cultura regional, dando como exemplo ruim o horror às árvores, observando que a incorporação desse mal não traz boas consequências para

a região, especialmente no que se refere ao clima e, assim, critica a substituição dos antigos sítios por loteamentos sob a desculpa de que não é só de árvores que a cidade precisa, mas de casas e ruas para as pessoas e os carros.

Gilberto Freyre também aponta para outra consequência desastrosa do modernismo entre nós: “... a mania de renomear as ruas e os lugares velhos de nossa cidade, substituindo nomes populares sabiamente colocados por “nomes de poderosos inexpressivos” ou “datas insignificamente políticas””, citando Beco do Peixe Frito, Sete Pecados Mortais, Encanta Moça, entre outros. Tais aspectos identitários desses lugares nunca deveriam deixar de existir. Ainda sobre tais manias modernas, o autor comenta que ao se colocar contra elas, ganhou:

o soberano desprezo dos engenheiros mais simplistas – místicos do cimento armado e mistagogos das avenidas largas, gente que há anos domina esta com outras cidades do Brasil e, ao contrário dos engenheiros mais esclarecidos, só sabe derrubar igrejas, sobrados de azulejos, arcos como o da Conceição, palmeiras antigas, gameleiras velhas, jardins ou hortos coloniais, contanto que os velhos burgos de fundação portuguesa se assemelhem às mais modernas cidades norte-americanas ou francesas.

Como fechamento do grito do grupo de regionalistas em favor da permanência, da conservação das tradições nordestinas, Freyre coloca que esse se daria sobre a culinária, colocando que “toda essa tradição está em declínio ou, pelo menos, em crise, no Nordeste. E uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se” e, ao final, aponta para algumas ideias que poderiam ser seguidas pelos arquitetos e urbanistas em relação à manutenção de nossas tradições, referindo-se também à famosa “botica onde só se vendesse remédio da flora regional brasileira...”.

3. Considerações sobre novas posturas profissionais na intervenção no espaço como consequência da proposta regionalista

Ao promover a luta por um regionalismo como forma de expressão nacionalista, Gilberto Freyre (1926) conseguiu reunir muitos intelectuais, profissionais e pessoas mais simples em favor do movimento, e mais ainda, conseguiu realizar em Recife, cidade centro do Nordeste brasileiro de então, o primeiro encontro sobre o tema, trazendo de outros países para o debate intelectuais que vislumbravam a importância do movimento.

O movimento se insurgiu contra os ideais modernistas de então, que expressava certa dualidade, por ser revolucionário e, ao mesmo tempo, nacionalista. Como consenso único expressava uma natureza negativista e demolidora em lugar de um programa coerente. Por esta razão, primava pela ruptura com o passado e independência cultural, além da revolta contra as tradições e o retorno às fontes primitivas.

Em sua natureza, o movimento poderia ser reconhecido como manifestação de protesto, de desafio à opinião pública, cuja crítica expressava-se de forma anárquica. Contudo, em seu início não exerceu influência direta sobre a arquitetura. Anos mais tarde é que o movimento se impôs, de maneira mais sutil com as propostas projetuais de Gregori Warchavchik e outros.

Em termos de Arquitetura, Bruand (2008) descreve o início do movimento, com a chegada ao Brasil do arquiteto Warchavchik. Comenta o autor que Warchavchik trouxe consigo uma bagagem intelectual baseada nos ensinamentos do arquiteto francês Le Corbusier e redigiu seu próprio manifesto em 1925, em favor do Movimento Moderno, exaltando a arquitetura ditada pela praticidade e economia, a redução de elementos decorativos e a necessidade de

união entre artista e técnico numa única pessoa. Sua ação pioneira caracterizou-se pela coragem, energia e entusiasmo na superação de vários obstáculos, entre eles a necessidade de contornar a legislação municipal e criar métodos artesanais de construção decorrente do atraso industrial no país.

Em função de sua origem, do prestígio de sua formação estrangeira, lhe foi permitido propor programa de arquitetura revolucionário, o que lhe rendeu alguns projetos que se tornaram ícones na época, a exemplo de sua própria residência, em São Paulo.

Diferentemente desse contexto, no plano urbanístico, Bruand (2008) esclarece que os ideais modernistas já poderiam ser sentidos com as reformas urbanas em andamento no país, que tinha como meta a modernização das cidades, a partir dos problemas gerados pela Revolução Industrial. A atuação no plano urbano baseava-se em duas ordens: (1) Material que se relacionava às necessidades de estruturação das cidades para atender as demandas do capital, ou seja, produção e escoamento de mercadorias; (2) Ideológica que se relacionava com a disseminação da idéia de progresso e suas representações.

Assim, as reformas urbanas ocorridas naquele momento tinham como regra a prioridade aos traçados geométricos, às grandes avenidas retilíneas e à harmonia do desenho global e, a preocupação primeira com o gabarito e a forma dos edifícios, enquanto a análise de outros dados permanecia de forma superficial, já que os problemas apontados tinham como suporte o crescimento exacerbado das cidades, o aumento de população, a insalubridade e a necessidade de reorganização do espaço urbano.

Como expressão máxima, as novas formas de intervenções urbanas ocorridas no Brasil de então tinham como fundamento as concepções progressistas que eram baseadas na razão, no progresso técnico/científico, na busca da ordem / regras e do novo, considerando o homem como ser abstrato, ideal e, portanto, uma completa ruptura com o passado.

Na virada do século XIX para o século XX, portanto, as grandes intervenções de modernização urbana haussmannianas ocorridas no Brasil apresentavam como justificativa o desejo de mudança, de modernização, a elite urbana progressista em contraponto com a sociedade tradicional, agrária e conservadora, o sanitarismo ou salubrismo como foco, os engenheiros como agentes dessa modernização, a busca pelo embelezamento, seguindo os moldes das metrópoles europeias, a reorganização dos espaços físicos herdados da cidade colonial e, por fim, a mudança da paisagem atrasada de casario antigo e ruas estreitas substituídas por largas e arejadas avenidas.

Foram várias as intervenções e entre elas destacam-se (1) em 1896, a transferência da capital de Minas Gerais da cidade colonial Ouro Preto para uma Belo Horizonte nova e completamente planejada; (2) a partir de 1904, a grande intervenção promovida pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro; (3) as intervenções desenvolvidas pelo engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito para várias cidades brasileiras; (4) em 1913, a modernização urbana do Bairro do Recife atrelada a expansão do Porto; (5) em 1920, o plano de avenidas do engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia para a cidade de São Paulo.

Naquele momento, no Brasil, o conceito sedutor de modernização significava recuperar o tempo perdido, escapar do atraso, encurtar caminhos, simplificar, racionalizar e geometrizar. Isso revoltou alguns intelectuais, sendo principal deles Gilberto Freyre, que tinham como

ideal a manutenção dos costumes, das tradições, sem no entanto deixar de promover o progresso, o avanço, a modernidade.

Contemporaneamente, acontecia no país, a Revolução de 1930, conduzindo Getúlio Vargas ao poder. Tratava-se de um ambiente propício à transformação completa do país, no sentido do moderno, do progressista, do inovador. E para não fugir à regra de um novo governo que pretendia marcar sua passagem, em meio às propostas estruturadoras foi criado o Ministério da Educação, convocando-se o arquiteto Lúcio Costa para realizar as reformas na Escola de Belas Artes.

Se para cada ação há uma reação igual e oposta, o movimento regionalista também gerou bons frutos no país, anos depois, quando o movimento modernista alcançava já a sua segunda fase: a de adequação das principais propostas do movimento às particularidades do país. Nesse momento, já surgia a figura de Lúcio Costa como o principal responsável pela reforma do pensamento modernista no país.

No período compreendido entre 1931-35, Lúcio Costa se dedicou a estudos, reflexões, busca de um conhecimento mais profundo das vanguardas europeias e das lições do mestre Le Corbusier. Por essa razão, esse foi um período pouco frutífero em relação a obras construídas do arquiteto e urbanista.

Já ente 1934-35, Lúcio Costa elabora o texto *Razões na nova arquitetura*, que se constitui numa manifestação de vislumbre sobre o presente e o futuro. Trata-se de um texto denso onde se evidencia sua admiração por Le Corbusier. Em final de 1935, foi convocado para fazer o novo projeto da sede do Ministério da Educação e Saúde.

Paralelamente, proposta de modernização se encontrava em efervescência no Estado de Pernambuco, mais especificamente em sua capital, o Recife. Assumia o governo do estado, em 1934, o governador Carlos de Lima Cavalcanti, descendente da oligarquia canavieira e tido como revolucionário por sua ideologia modernizadora.

O então governador convoca o arquiteto e urbanista mineiro, recém-formado na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, Luis Nunes para fazer parte de seu governo, à frente de projetos inovadores, modernos.

Freitas (2002) faz um resgate da vida e obra do autor, observando que sendo um profissional consciente de seu papel assim como de seu potencial, Luís Nunes cria, em 1935, a DAC – Diretoria de Arquitetura e Construção, centralizando todos os serviços de arquitetura e construção numa única repartição, devidamente aparelhada, cujo objetivo era de elaborar projetos dentro de um critério único, com acompanhamento diário das obras. Montou escolas-oficina, cursos técnico-profissionais, introduziu elementos construtivos inovadores como lajes mistas, lajes-cogumelo, vigas com dimensionamento e perfis variáveis (máximo de resistência e mínimo de material).

Mas, por motivos políticos, afasta-se do cargo, em 1935, aproveitando esse momento para aprofundar seus estudos nas novas propostas de Le Corbusier, só retornando às suas funções no governo de Pernambuco, em final de 1936. Nesse momento, assume o DAU – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, sucessora da DAC, com funções não apenas de Arquitetura mas também de planejamento urbanístico em cidades do interior do Estado.

Seguindo orientações do governo, seus projetos se baseavam em três grandes eixos: Saúde, Educação e Abastecimento, abrangendo desde pequenos açougues, postos policiais até complexos programas, como no caso de hospitais. Ao todo, foram cerca de 74 projetos, ao longo de aproximadamente dois anos de trabalho, tendo a maioria sido executados.

Mas, além da arquitetura e do urbanismo, o paisagismo também teve sua fase áurea no Recife, quando o governador Carlos de Lima Cavalcante convocou também Roberto Burle Marx para projetar e cuidar das praças e jardins da cidade. Burle Marx trouxe consigo a experiência de organizar excursões semestrais pelos quatro cantos do país, empenhado em descobrir a flora brasileira. Realizou missões ao Pantanal, à Amazônia, ao Sertão nordestino, ao Paraná e onde mais pudesse chegar com sua comitiva de amigos, botânicos, estagiários, curiosos para trabalhar por um paisagismo mais coerente com os valores da região. Assim, Burle Marx foi responsável por projetos na capital pernambucana como Praça do Derby, Praça de Casa Forte, Praça do Entroncamento, Praça da República, e a Praça conhecida por Cactário da Madalena, projeto mais discutido entre os profissionais.

A semente de uma realidade moderna tendo sido plantada e consolidada na região, outros profissionais arquitetos e urbanistas que aqui estiveram, deixaram suas contribuições como Mário Russo, Delfim Amorim e Acácio Gil Borsoi.

Mário Russo chegou ao Recife, convidado pelo Diretor da Escola de Belas Artes em Pernambuco, para substituir o recém-falecido professor da disciplina Projetos, Heitor Maia Filho e sua missão inicial era a de elaborar o Plano da Cidade Universitária de Pernambuco, em decorrência da situação precária das antigas instalações e necessidade de equipará-la com as demais universidades no país. O plano elaborado por Mário Russo é apresentado em 1949, com o emprego dos mais modernos conceitos em arquitetura, negando a rua tradicional e espalhando as unidades didáticas por setores funcionais em um amplo terreno de 156 hectares, afastado das vias principais. A proposta sofreu duas modificações posteriores.

Delfim Amorim, por sua vez, de origem portuguesa, chega ao Brasil, em 1951 fixando-se no Recife, onde tinha familiares e amigos. Nesse mesmo ano, coincidentemente, chega ao Recife, outro arquiteto carioca Acácio Gil Borsoi, com quem começou a trabalhar, sendo admitido pouco tempo depois, na Escola de Belas Artes do Recife, como professor assistente. Em paralelo às atividades de arquiteto, se firmou como um dos mais respeitados professores pelo seu conhecimento e domínio teórico.

Sua obra caracteriza-se pela adoção de princípios do funcionalismo de maneira geral, e particularmente de Le Corbusier: utilizava estrutura em concreto armado, plantas livres, fachadas independentes das estruturas e os terraços-jardins. Mas, apesar do uso dos princípios funcionalistas, o arquiteto apresentava uma outra característica: compromisso indisfarçável com a tradição construtiva e estética portuguesas, principalmente pelo uso da pedra e do azulejo.

No início, em seus trabalhos, eram evidentes as influências do modo de projetar europeu, porém, foi através da percepção climática local que seus projetos ganharam feição própria, utilizando materiais propícios como o cobogó. Buscou incessantemente a identidade brasileira em seus projetos e sem dúvida alguma a maior de suas contribuições foi o uso de cobertas em laje em concreto recobertas por telhas cerâmica.

Acácio Gil Borsoi, diplomou-se arquiteto haja vista a condição de ter sido filho de desenhista-arquiteto, casado com arquiteta, pai e avô arquitetos. Transferiu-se para o Recife com apenas dois anos de formado, onde assumiu a cadeira de Pequenas e Grandes Composições de Arquitetura, na Escola de Belas Artes de Pernambuco.

Sua produção arquitetônica inicia-se no Recife e, em sua primeira fase, reflete ajustes dos princípios modernistas a uma realidade regional marcada por contrastes e de carências crônicas. Com base nisso, sua tradição modernista e racionalista passou por um processo de revisão geral, rompendo com o repertório formalista vigente.

Durante os anos 1950, participa da luta em favor do espaço urbano e, em particular, pelo edifício solto no lote, se colocando contra a falta de visão dos edifícios alinhados na rua corredor de tradição europeia.

Foi a partir dos anos 1960, que propôs seu método de trabalho, redefinindo critérios da composição arquitetônica, com uma acentuada preocupação com a construção do espaço e da imagem urbana, tendo a criatividade como referência.

Pela riqueza do momento, pelas destacadas atuações desses profissionais que por aqui passaram e deixaram suas marcas, muitos teóricos se questionam sobre a existência de uma Escola Pernambucana de Arquitetura. Independente da confirmação ou não da existência dessa Escola, a verdade é que foi um período de muito trabalho, muita prática que rendeu bons frutos para a cultura regional.

A atuação desses profissionais arquitetos e urbanistas tiveram como base os princípios do modernismo que foi por diversas vezes explicitados em palestra pelo arquiteto Frances, Le Corbusier, que apesar de fazer uso da racionalidade, tinha como proposta a valorização dos aspectos regionais por meio do uso de materiais característicos do lugar, a exemplo de suas recomendações finais para o projeto do Ministério de Educação e Saúde, desenvolvido por uma equipe de profissionais brasileiros. Le Corbusier recomendou o uso de granitos disponíveis no Rio de Janeiro; a recuperação do azulejo como material de acabamento externo da obra; suporte de painéis artísticos produzidos por artistas locais; e, a valorização da palmeira imperial, que a essa época já era considerada elemento característico da região.

Considerações finais

Entendendo a Arquitetura e o Urbanismo como elo entre o passado, o presente e o futuro e o papel do profissional como de influência direta nas permanências e transformações do espaço, e de resto na cultura de uma dada sociedade é possível tecer alguns comentários acerca da relação entre o Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre (1926) e as mudanças de postura do arquiteto e urbanista, no Brasil, e, em particular, na região foco do mencionado Manifesto.

Vale salientar que o objetivo do Movimento Regionalista encabeçado por Freyre, se opondo ao que hoje denominamos de globalização, homogeneização dos espaços, não se caracterizou como um movimento isolado, uma vez que se observou a forma agressiva com que o movimento modernista se infiltrava na sociedade brasileira da época, tratando de aniquilar tudo que se referia ao passado, tendo como bandeira a construção de uma nova sociedade, uma nova cultura. O mérito do Movimento Regionalista se assentava na idéia de preservar a identidade regional, como forma de reconhecimento nacional. A tentativa era a de se reunir os valores culturais construídos ao longo dos anos, em cada uma das regiões do país, de forma a se adotar um processo de reconhecimento por meio desses valores.

Várias foram as críticas fundadas de Freyre em relação à possibilidade das perdas culturais que já se encontrava em andamento. A primeira delas se concentrava na revolta quanto à política do arrasa quarteirão, como ficou conhecida a forma de intervenção urbana nas cidades até então com suas peculiaridades coloniais, que o autor e seus seguidores falavam, ao expressar descontentamento em relação as aberturas dos falsos boulevards ou broadways nas cidades tradicionais, a custo da demolição do existente.

Esse aspecto também tinha como base a luta contra a disseminação do extremismo da racionalidade pregada pelo modernismo, mas que Le Corbusier contestava com a ideia de que homem se organiza em comunidades e o elo propício para isso era a rua. Dessa forma, a rua passa a ser o elemento chave na constituição de lugares com identidade. Aqui se ressalta a luta do Movimento Regionalista em favor da preservação das ruas estreitas e de seus arcos harmoniosos do Velho Recife.

No plano urbanístico, a luta em favor da manutenção de ruas estreitas em harmonia com as modernas avenidas parece não ter sido encampada por muitos, pois ainda hoje se fala em necessidade de conexão entre os lugares para circulação de mercadorias e de pessoas, independentemente dos efeitos que tal intervenção venha a causar a exemplo das propostas que posteriormente se seguiram como a abertura da Avenida Dantas Barreto e a demolição de inúmeros testemunhos do passado, além de processos mais atuais como abertura da Via Mangue, alargamento da Avenida Norte, entre outros.

A revolta de muitos em relação a esse processo de descaracterização dos espaços se traduziram em movimentos sociais contrários a essas ações, trazendo à tona a preocupação com a necessidade de integrar a ciência natural e desenho ambiental no planejamento urbano e, além disso, evidenciando as questões relativas à conscientização dos valores do patrimônio histórico e da participação popular no processo de planejamento, motivando a criação de novos métodos de apreensão para intervenção no espaço urbano.

No plano da Arquitetura dos edifícios, é importante ressaltar que a defesa do mocambo enquanto exemplo arquitetônico característico da região, não deixa claro que enaltece a manutenção da pobreza, mas trata de demonstrar como a Arquitetura pode auxiliar o homem, especialmente o mais carente, no sentido da harmonização entre os espaços projetados, como os materiais de acabamento utilizados podem ser melhor trabalhados para promover um verdadeiro conforto a sociedade. Freyre (1926, s/n), ao destacar que “o mocambo se harmoniza com o clima, com as águas, com as cores, com a natureza, com os coqueiros e as mangueiras, com os verdes e os azuis da região como nenhuma outra construção”, o faz demonstrando como esse importante elemento da cultura “com toda sua primitividade, é um valor regional” e assim sensibilizou Borsoi, durante a década de 1960, quando idealizou uma proposta de habitação popular para a Comunidade de Cajueiro Seco, em Recife, criando um projeto modulado de painéis em estrutura de madeira, com enchimento de pau a pique, coberta de piaçava, entre outros detalhes de acabamento que promoveram a adequação da edificação com o meio em que se inseria e, em consequência disso, o conforto ambiental para o futuro habitante.

A adequação climática também foi destaque para Delfim Amorim e outros profissionais que ao realizar seus projetos, buscavam o uso de materiais característicos da região, lançando mão de detalhes arquitetônicos que promovessem a integração casa / meio / homem.

Se no plano urbanístico a luta contra a homogeneização dos espaços ainda não foi vencida, o mesmo pode-se afirmar na Arquitetura quando se identifica quase que as mesmas características espaciais e de materiais de acabamento nas edificações situadas em qualquer lugar no mundo. O vidro, o aço e o concreto avançam em termos de tecnologia e substituem a madeira, a alvenaria de tijolo cerâmico, as telhas coloniais, quebrando assim a paisagem do que ainda resta como memória das cidades tradicionais, transformando-as em verdadeiros não-lugares.

Assim, ao abordar o tema “*A influência do arquiteto e urbanista na construção do espaço urbano enquanto identidade regional em contraposição ao processo de homogeneização cultural*” conclui-se que há várias formas concretas de influência desse profissional na construção do espaço urbano, contudo, em razão do número de agentes sociais na produção do espaço e das pressões advindas da ação de cada um desses agentes, tais influências se constituem em uma luta constante no combate aos efeitos danosos deixados pelas experiências nada exitosas do movimento modernista e seus seguidores.

Ao tomar como referência o Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre (1926), as análises de Ruben Oliven (1986) acerca do Manifesto e as mudanças de postura do arquiteto e urbanista em favor da conservação da identidade e cultura regional, duas são as lições a serem extraídas: (1) que se consolida a afirmação de Oliven (1986) em expressar a recorrência da temática na construção da cultura brasileira; (2) a de que o Manifesto deve ser entendido enquanto alerta para a conservação dos valores regionais brasileiros e não como um engessamento, como uma museificação dos aspectos mais característicos da cultura regional, pois até mesmo a cultura de uma dada sociedade é entendida como um processo e como tal, encontra-se em constante adaptação e transformação, respeitando a verdadeira essência de sua identidade.

Referências bibliográficas:

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**; [tradução M. Goldberg]. – São Paulo: Perspectiva, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, Série Princípios, 1989.

FREITAS, Ruskin. **O movimento do Recife na década de 1930: uma breve revisão da obra de Luiz Nunes**. Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na disciplina Arquitetura moderna brasileira I, Porto Alegre, junho/2002.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. 4ª. Ed. revista e prefaciada pelo autor. Recife: Editora Região. Disponível em <http://www.arq.ufsc.br/arq5625/modulo2modernidade/manifestos/manifestoregionalista.htm> , acessado em 15/04/11.

LINDOMAR. **O que é Arquitetura**. Publicado em 23/03/2008. Disponível em <http://www.infoescola.com/arquitetura/o-que-e-arquitetura/> , acessado em 15/04/11.

OLIVEN, Ruben George. **O nacional e o regional na construção da identidade brasileira**, Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS, Número 2, volume 1, Outubro de 1986, pp. 68-74.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998, 2ª edição.